



## CONFERÊNCIA

# A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA INSTITUIR O CONHECIMENTO COMO COMUM

*Rosimeri de Oliveira Dias<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este texto foi pronunciado na Sessão Especial, organizada pelo Fórum de Editores de Periódicos da Educação – FEPAE -, “A publicação científica e a pós-graduação em educação”, na 41ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped, realizada em Manaus, no dia 26 de novembro de 2023.

**Palavras-chave:** Fepae. Periódicos científicos. Educação.

## SCIENTIFIC PUBLISHING AND GRADUATE STUDIES IN EDUCATION TO ESTABLISH KNOWLEDGE AS COMMON

1

### ABSTRACT

This text was delivered at the Special Session, organized by the Forum of Education Journal Editors (FEPAE), "Scientific publishing and graduate studies in education", at the 41st Annual Meeting of the National Association for Research and Graduate Studies in Education (Anped), held in Manaus on November 26, 2023.

**Keywords:** Fepae. Journal. Education.

## LA EDICIÓN CIENTÍFICA Y LOS ESTUDIOS DE POSTGRADO EN EDUCACIÓN PARA ESTABLECER EL CONOCIMIENTO COMO COMÚN

### RESUMEN

Este texto fue presentado en la Sesión Especial, organizada por el Foro de Editores de Revistas de Educación (FEPAE), "Edición científica y postgrado en educación", en

---

<sup>11</sup> Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais; Grupo de Pesquisa Oficinas de formação Inventiva de Professores; Procientista UERJ; FAPERJ. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9250-1010>. E-mail: [rosimeri.dias@uol.com.br](mailto:rosimeri.dias@uol.com.br)

la 41ª Reunión Anual de la Asociación Nacional de Investigación y Postgrado en Educación (Anped), realizada en Manaus, el 26 de noviembre de 2023.

**Palabras clave:** Fepae. Publicaciones científicas. Educación.

Uma pesquisa interessante é a pesquisa conduzida sob condições que tornam os seres interessantes.

Vinciane Despret

Agradeço à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped – pelo convite e ao Fórum de Editores de Periódicos de Educação - FEPAE - pela presença e discussão com e sobre publicação científica, que vem se adensando em nossa Associação.

Vou começar me apresentando e dizendo que daqui, desde o norte, em Manaus, minha fala foi pensada e forjada em uma periferia urbana, a do Estado do Rio de Janeiro, em São Gonçalo. Sou professora e pesquisadora da UERJ desde 2002, formando professores em periferia urbana e constituindo um campo de análise e de intervenção que tenho chamado de formação inventiva de professores (2011; 2012; 2019), trabalho tramado com professoras e estudantes das escolas públicas do Leste Fluminense.

É desde a Faculdade de Formação de Professores da UERJ, do Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Revista Interinstitucional Artes de Educar, do Grupo de Pesquisas Oficinas de formação inventiva de professores e da Vice-coordenação do FEPAE que vou propor uma conversa com vocês.

E como falo presencialmente no norte de nosso grande país, quero fazer reverberar um ditado popular que escutei no domingo, 22 de outubro de 2023, na mesa de abertura, “Amazônia cura onde doi”. Junto com estes saberes locais, vou trazer aqui para vocês o que tenho pensado, em companhia de muitos, de que a comunidade acadêmica levou algum tempo para dar-se conta de uma mudança histórica que afeta a educação e a publicação científica em diferentes ritmos e formas. Cada vez mais fica visível que há um modelo, se preferirem, uma lógica universal se estruturando que a chamamos de “empreendedora”, “gerencial” ou neoliberal; quer

falemos de uma “publicação acadêmica” ou “universidade capitalista”, ou ainda de “mercado de educação superior globalizado”, todos esses conceitos designam uma mudança que põe em questão não apenas os modos de organização ou gestão da educação e da pesquisa em nosso país, mas sua definição, seus objetivos, suas funções sociais, culturais, econômicas e políticas. Este modo de viver e de fazer profissional dos professores-pesquisadores-editores, a relação com os estudos e o conhecimento dos estudantes e a própria concepção de conhecimento são afetados por tal lógica.

Se cabe às ciências da educação produzir análise e intervenção mais precisa dessas transformações e suas motivações, cabe a elas também abrir o debate sobre modelos alternativos ao neoliberalismo das universidades, do fazer das ciências da educação, das publicações científicas.

Há questões que vão me auxiliar a disparar este debate aqui com vocês: O que poderia ser um modo comum de se pensar a publicação científica e a pós-graduação em educação associando o princípio da autogestão da atividade universitária e o uso coletivo dos recursos do conhecimento? Mais concretamente, como articular dimensões e princípios diferentes, mas todos necessários, como a colegialidade democrática, a liberdade acadêmica de pesquisa e ensino, o acesso aberto e universal dos cidadãos ao serviço público do conhecimento, o propósito autogestionário da educação e a equalização das condições de estudo?

Tantas questões que, em última análise, remetem a uma questão muito maior: até que ponto a pós-graduação em educação pode ainda ser um espaço de resistência ou mesmo uma alavanca para a transformação da sociedade?

Talvez, porque sejam questões nevrálgicas, doem, em nós diariamente quando enfrentamos nossos trabalhos como professores, pesquisadores e editores.

Em companhia de Laval (2020); Dardot e Laval (2016) é possível dizer que o que ocorre, hoje, é como se a sociedade neoliberal não precisasse mais da universidade como lugar da ciência, do conhecimento racional, da

verdade. O que se buscaria é uma universidade transformada em engrenagem da máquina produtiva e comercial, como visto em algumas tendências globais. Essa transformação progressiva afeta profundamente o significado histórico da universidade, ou seja, a produção de conhecimento validado por mecanismos institucionais de verdade. O neoliberalismo é um modo de governo dos indivíduos pelo mercado, mas também um regime de verdade, que obriga a certos atos e a certos procedimentos para a manifestação da verdade (Foucault, 2014). Ora, o regime neoliberal de verdade, que, gradualmente, se impõe à pesquisa e à editoração de periódicos, é a validação pelo mercado (Foucault, 2008). É verdade, legitimamente verdade, o que é economicamente eficaz. Disto decorre uma gradual desvalorização da universidade clássica como lugar do conhecimento racional. O emprego passa a ser a finalidade exclusiva do que ali é ensinado, assim como o “valor econômico” torna-se a finalidade da pesquisa. “Para e pelo mercado”, tal poderia ser o lema da “pesquisa e publicação” neoliberal. Se este regime de verdade começa a afetar profundamente as atividades de ensino, de extensão, de publicação e de pesquisa, a atenção voltada para a gravidade desta mutação tem sido bastante lenta. Uma questão, portanto, se põe: por que, uma vez sentidas e mais ou menos conhecidas os efeitos singulares e coletivos da implantação da lógica neoliberal na ciência e na publicação acadêmica, as resistências a essas têm sido, ao menos até agora, tão fracas? Por que tão pouca resistência?

Christian Laval (2021) apresenta algumas razões básicas:

1- às divisões internas que separam professores-pesquisadores-editores de “Alto nível” e a massa cada vez mais considerável dos “excluídos de dentro”, temporários e precários do ensino e da pesquisa, especialmente mais explorados e dominados.

2- o “jogo da competição”, que se impõe a todos, exige resignação de cada um, adaptação e conformismo generalizado.

3- a instauração desse regime de competição leva à prevalência de critérios gerenciais sobre as atividades-fim intelectuais e pedagógicas da universidade.

4- para que haja resistência é preciso tanto da compreensão do modelo neoliberal quanto de um contra-modelo.

Proponho aqui, em companhia de Laval e outros, uma contraposição entre o tipo ideal de uma pesquisa e comunicação científica neoliberal e o da possibilidade de instituir o conhecimento como um plano comum (Dardot; Laval, 2017). A dita abordagem ideal-típica – neoliberal – objetiva a sintetizar tendências e aspectos da realidade e a antecipar os resultados dos processos em curso visando capturar uma consistência de conjunto. Ela permite comparar situações nacionais e medir as diferenças entre o modelo construído e as realidades. É importante dizer que nada nos impede de construir uma perspectiva alternativa do que deve ser, uma vez assumido obviamente o fato de que as ciências da educação, apoiando-se em dados do passado, em realidades ainda vivas e em práticas atuais, são capazes de traçar normativamente uma perspectiva alternativa da realidade futura.

Para seguir com esta aposta de análise, vou falar um pouco mais deste tipo ideal de pesquisa e publicação neoliberal forjada nas instituições de pesquisa e publicação acadêmicas, a partir deste modelo global com múltiplas variantes internacionais, nacionais e locais.

A pesquisa, a pós-graduação e a publicação científica são reconstruídas como ditos mercados institucionais em todos os níveis. A regulação do sistema universitário e a lógica que os acompanham fundam-se no primado absoluto da competição e da obrigação de funcionamento neste mercado. O modelo de competição tende a impor-se a toda gente e a todos os níveis com novas regras de funcionamento e financiamento do campo do saber, regras que influenciam no comportamento de cada um e de todos nós.

Esta lógica neoliberal não visa à igualdade entre unidades e estruturas que a compõem, mas sua diferenciação e sua desigualdade. Um dos

principais efeitos buscados é a divergência de trajetórias e funções nas instituições de pesquisa que levem a uma crescente desigualdade no campo. O capital científico está concentrado em universidades de referência com vocação internacional e unidades de prestígio ditas de excelência. Há uma dissociação entre alguns poucos centros de excelência de classe mundial e instituições com função profissionalizante, especializados em cursos mais curtos, destinados a públicos populares. O discurso oficial quer que a desigualdade entre instituições e entre formações seja a um tempo inevitável e desejável em face da concorrência global que obrigaria a concentrar recursos nos “melhores” em nome de uma lógica de excelência e de performance, impondo e disseminando padrões de competição e ferramentas de avaliação.

Como a competição leva ao estabelecimento de novas formas, mais exigentes, de racionalização e objetificação do trabalho acadêmico, isto permite, aos docentes/pesquisadores mais próximos do mundo da economia e da gestão, beneficiarem-se de maior legitimidade vinculada às competências gerenciais que possuem em detrimento das competências acadêmicas e científicas mais tradicionais. Em um contexto de declínio dos recursos públicos, essas habilidades gerenciais parecem então ser decisivas na luta competitiva.

Acompanhando essas novas funções essenciais na corrida por financiamento, desenvolve-se uma verdadeira burocracia de avaliação e de financiamento. Esta especialização burocrática, aliás muito cara e comedora de nosso tempo, é tal que a busca por financiamento tem tomado o lugar da pesquisa propriamente dita em muitas unidades de pesquisa. Este subsetor profissional dentro do campo acadêmico produz normas que visam reformular as práticas profissionais de acordo com os princípios gerenciais e de acordo com os procedimentos formais e padrões de especialização, definindo, por exemplo, categorias de julgamento que diferenciam pares estatutariamente equivalentes, ou que impõem definições legítimas do que é uma “boa pesquisa” ou uma “pesquisa de qualidade”.

Este modelo a serviço da dita Sociedade do Conhecimento impõe de forma prescritiva mudanças concretas nas missões e funções da pesquisa e da edição de periódicos. A dita economia do conhecimento, discurso que justifica esta lógica neoliberal nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, faz, exatamente, do conhecimento um bem econômico. O conhecimento é submetido à forma do valor pelos artefactos da quantificação próprios da avaliação, da indexação e da bibliometria. Os produtos do conhecimento são “valorizados” como se fossem mercadorias, mas sem serem sempre mercadorias reais. Técnicas de quantificação tornam possível criar decalques de valor econômico a partir dos quais é possível atribuir um valor à pesquisa e aos produtores de conhecimento, ou seja, aos professores-pesquisadores-editores. A avaliação quantitativa nada mais é do que uma produção de valores de troca, num mercado fictício, que funcionam como preços monetários no mercado de bens. Um bom pesquisador, aquele que tem um grande valor nesse mercado, é aquele que tem um escore bibliométrico e de citações elevado. Ele tende a transformar-se subjetivamente em empreendedor forçado a administrar e aumentar seu capital bibliométrico e de citações. A performance bibliométrica e citacional torna-se mais importante do que a contribuição de novos conhecimentos, potencialmente degradando a própria qualidade da produção, fazendo com que cientistas estejam submetidos a controles e avaliações mais frequentes de sua produtividade. A atividade dos cientistas é duplamente disciplinada pela burocracia e pelo mercado, em especial pela criação de indicadores de desempenho.

Essa transformação do conhecimento em valor construído pelos indicadores é acompanhada pela extensão e pelo fortalecimento dos direitos de propriedade sobre o conhecimento, e se traduz amiúde pela transformação de um bem comum em bem econômico apropriável. A pesquisa e a ciência associam-se a um mercado de publicações científicas, que tende a se tornar o lugar de suprema verificação da atividade dos docentes-pesquisadores mediante a classificação de periódicos e a contagem de publicações e citações.



A racionalidade e objetificação instrumental propiciada pela linguagem da gestão opera a ocultação progressiva das finalidades substanciais experienciadas na ciência da educação e na publicação acadêmica, transformadas em modos de gestão empresarial, de mensuração de resultados, de estratégias de comunicação, de relação custo/benefício. Não é mais que uma questão de economia de escala, de otimização de meios, de reagrupamento de recursos. Por meio desta lógica, opera-se uma desvalorização, no sentido próprio do termo, do conteúdo do trabalho e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do poder das equipes de gestão e de empresas que as assessoram para os quais as mudanças a serem implementadas são inegociáveis, quaisquer que sejam os efeitos reais desses dispositivos sobre o trabalho e a situação pessoal dos profissionais envolvidos.

Dito isto, entro agora na perspectiva de alternativa proposta pela ideia de comum (Dardot; Laval, 2017), de fazer o comum na ciência e na publicação acadêmica. Explico: a vontade de mudar uma situação insuportável, para muitos, é a base de uma reinvenção da pesquisa e da editoração. Redefini-las como comum é amplamente incompatível com o domínio das normas neoliberais na sociedade. Só pode ser uma instituição do comum entre outras instituições do comum. O exercício aqui consiste, portanto, em imaginar o que poderia ser uma pesquisa e uma publicação acadêmica diferente daquela que hoje se impõe, uma Ciência que fosse regida de acordo com o princípio do comum. Pierre Dardot e Cristian Laval desenvolveram a ideia de que, das lutas e experiências contemporâneas, emerge um princípio político de dupla face, que se caracteriza tanto pela busca de novas formas democráticas quanto pelo questionamento da lógica proprietária. O que eles chamam de comum está relacionado a instituições que visam combinar os dois aspectos, o do autogoverno e o da prevalência dos direitos de uso coletivos (Dardot; Laval, 2017).

É uma modificação, não uma negação do trabalho de Elinor Ostrom sobre os “comuns”, que ela definiu como recursos compartilhados por uma



comunidade que é sua produtora, protetora ou garantidora, segundo regras instituídas coletivamente.

Elinor Ostrom ganhou um Nobel de Economia, em 2009, por descrever que, ao contrário do que alguns gritavam aos quatro ventos, as pessoas são capazes de se organizar e administrar de forma responsável os recursos dos quais dependem. Constituir esta verdade e começar a agir em efeito deveria ser uma das chaves a levarmos em conta na hora de enfrentarmos os desafios da ciência e da editoração que temos pela frente (Vásquez, 2020).

O exercício de elaborar a perspectiva de um professor-pesquisador-editor democrática e respeitosa das éticas acadêmicas pode parecer muito abstrato. No entanto, ele é essencial. A pesquisa e publicação acadêmica como comum não pode nascer se não for um campo de experiência educacional e de experimentação social, ou melhor: um lugar de invenção institucional. Se novas práticas são necessárias desde agora, elas devem ser orientadas rumo a uma perspectiva a ser inventada. Mas esta invenção é, na realidade, uma reinvenção da ideia de universidade, uma forma de lhe dar uma consistência efetiva no século XXI. Procuro associar uma universidade democrática a serviço de uma sociedade democrática, mas que também obedeça a valores e normas acadêmicas fundamentais, legado de longas lutas pela liberdade de pensamento.

O que estamos testemunhando é uma nova era de dependência da universidade em relação ao poder econômico, uma dependência liderada e organizada pelo próprio poder político e econômico. A economia do conhecimento é uma regressão das frágeis conquistas da liberdade acadêmica. Não podendo mais contar com o Estado neoliberal para fazer valer sua autonomia, a universidade deve contar com professores-pesquisadores-editores e estudantes para fazê-la ser respeitada. O essencial a lembrar aqui é que, em seus primórdios, a universidade foi definida precisamente como uma comunidade perseguindo um objetivo comum e pondo em comum recursos e habilidades. Não estamos tão longe quanto se poderia pensar da ideia moderna de comum, desde que, é claro, a ela

agreguemos uma tripla dimensão: liberdade absoluta de pesquisa, democracia na organização e universalidade pública. Por isso, é importante reinventarmos, em novas bases a ideia fundamental de que a academia é um corpo autônomo formado pela união de pessoas guiadas pela busca do conhecimento.

Há duas funções indissociáveis que nos reúne academicamente: investigação e formação, produção e aquisição de conhecimento. O conhecimento é a unidade alvo de professores-pesquisadores-editores, colocando a ciência como uma problematização e, portanto, de um continuar sempre a pesquisar.

A principal função da pesquisa em relação à sociedade é de ser um local ativo de reflexividade crítica. Este é o principal serviço que presta à sociedade. Em outros termos, a forma que rege a seleção e a promoção de professores-pesquisadores-editores é o alcance crítico do conhecimento quanto ao que até então se estabeleceu tanto no corpo dos saberes quanto na sociedade.

Com isto, uma aposta de um plano comum que liga ciência e produção de conhecimentos derruba a proposição utilitarista de lógicas do mundo empresarial. Em uma sociedade democrática, colocar a pesquisa e a produção de conhecimentos no plano comum é investir no papel essencial de preservação e extensão da atitude crítica diante de todo o tipo de poder, incluindo, dentro dela, o poder corporativista. Esta atitude crítica só pode assentar-se numa ética partilhada, vinculada ao valor de verdade do conhecimento e de sua liberdade. Conhecimento, então é tratado como um “bem comum”, não é tratado como um valor econômico; não é mais considerado sob o ângulo exclusivo de sua contribuição para a produção econômica.

Nestes termos, uma prática do comum na pesquisa e na editoração de revistas luta pela dimensão gratuita, aberta a todos os públicos, em que todos possam adquirir conhecimento, contribuir para produzi-lo e difundí-lo na sociedade.

Neste plano comum, tanto na pesquisa como na publicação, a progressão é coletiva. Todo conhecimento novo é efeito de uma produção coletiva sujeita a regras de acumulação, transmissão, discussão e validação. O saber é necessariamente aberto, o que não significa sem regras, a fim de garantir o avanço do conhecimento. Como? Mediante a difusão e acesso gratuito e aberto da ciência, que permitam a troca e a cooperação entre pesquisadores. Esta insistência do que é comum entre os saberes permite introduzir em toda a formação, mesmo na mais especializada, o que corresponde a um espírito científico comum e a uma cultura geral comum, responsável pela organização dessa reunião de recursos e pelo livre intercâmbio de pesquisadores.

Para concluir, pois já muito me alongo, lembro o ditado popular, que coloquei logo no início de minha fala: “ a amazônia cura onde doi”. Tal lembrança é para dizer que a regulação neoliberal do campo do conhecimento só pode prejudicar o “coração” da nossa profissão, ou seja, os valores coletivos compartilhados que dão aos envolvidos a sensação de que seu trabalho e sua vida têm um sentido que ultrapassa o interesse e bem-estar pessoais. Não há hoje outra possibilidade de escapar da degradação da instituição que a insubordinação das subjetividades universitárias. É disso que podem partir os impulsos e nascer as experiências que permitem inventar outro modo de fazer pesquisa, produzir conhecimentos e fazê-los circular publica e abertamente. Não se pode simplesmente esperar por uma transformação geral da sociedade antes de começar a mudá-la. É preciso começar a inscrever na realidade outras formas de produzir conhecimento, outras práticas de editorias mais coletivas, gerando um plano comum, aberto, público. Mas há outra dimensão sobre a qual se deve refletir. Se a lógica neoliberal está gradualmente se tornando uma realidade global, combatê-la pressupõe que nós nos organizemos, pesquisadores e editores, coletivamente em torno da ideia de que o conhecimento, mais do que nunca necessário para enfrentar os enormes desafios coletivos do século XXI, é um bem comum mundial que supõe não grandes e belos discursos, mas uma instituição que o faça existir como tal, tal

como temos acompanhado na Anped e no Fepae, lugares comuns de lutas e de debate público.

## REFERÊNCIAS

Dardot, P.; Laval, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Dardot, P.; Laval, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

Dias, R. O. **Deslocamentos na formação de professores**: aprendizagem de adultos, experiência e políticas de cognição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Dias, R. O. **Formação inventiva de professores**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

Dias, R. O. Formação inventiva de professores por entre tessituras ética, estética e política de escritas acadêmicas. **Childhood & Philosophy**, v. 15, p. 01–26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/childphilo.2019.44236> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/childhood/article/view/44236> Acesso em 05 dez. 2023.

Foucault, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Foucault, M. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Laval, C. **Foucault, Bourdier e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

Laval, C. **De l'université néolibérale à l'université comme commun**. LA Deleuziana – REVUE EN LIGNE DE PHILOSOPHIE. N. 13, p. 118-134, 2021. Disponível em <http://www.ladeleuziana.org/wp-content/uploads/2022/09/Laval.pdf> Acesso em 05 dez. 2023.

**Vásquez, G.** Elinor Ostrom: os comuns, nem tragédia, nem panaceia. **Adital**. Instituto Humanitas Unisinos. 9 nov 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/604427-elinor-ostrom-os-comuns-nem-tragedia-nem-panacea> Acesso em 05 dez. 2023.

Recebido em: 06 de dezembro de 2023.  
Aprovado em: 12 de dezembro de 2023.  
Publicado em: 13 de dezembro de 2023.

